A SALA DE AULA E SEUS MUTIPLOS SUJEITOS EDUCATIVOS: DA NECESSIDADE DE SE ESTABELECER UM DIÁLOGO ENTRE AS GERAÇÕES.

Ramon de Alcântara Aleixo[1]

RESUMO:

Este estudo se destina a compreender as diversas relações estabelecidas entre os sujeitos educadores e educativos no que concerne ao processo de ensino-aprendizagem, bem [1]como à tessitura de um processo educativo inclusivo que garanta aos diversos segmentos culturais e geracionais que povoam o espaço-tempo da escola a oferta de um processo de ensino equânime e inclusivo, assentado em princípios éticos e cidadãos. Acreditamos assim, que o diálogo entre as diversas gerações que encenam cotidianamente suas vivências no ambiente escolar consiste numa ferramenta de primaz importância que possibilita compreender a instituição escolar a partir de uma perspectiva heterogênea, pautada no respeito às pluralidades que a denominação aluno/a acaba diversas vezes por camuflar.

Palavras-chave: Gerações. Cultura escolar. Educação inclusiva.

Diante das inúmeras discussões tecidas no âmbito da educação escolar acerca do processo de ensino-aprendizagem torna-se de fundamental importância (re) pensá-la no contexto de uma sociedade multicultural, caracterizada pela pluralidade étnica, cultural, política, dentre outras que permeiam as nossas salas de aula no âmbito da educação básica.

Nesse contexto em que nos encontramos inseridos, torna-se comum ouvirmos de nossos colegas professores/as relatos de uma aparente situação de incomunicabilidade entre os sujeitos escolares. Relatos estes que inferem acerca de uma visão negativista de ambos os lugares sociais em que os sujeitos escolares (professores/as e aluno/as) estão imersos.

Falas que evidenciam, por parte dos educadores/as, certo desinteresse dos alunos/as pelos conteúdos escolares, acrescidos de apatia, indisciplina, chegando por sua vez à situação de extrema violência, inviabilizando, assim, o processo de

[1] Universidade Estadual da Paraíba – UEPB- Graduando em História. Iniciação Científica PIBIC CNPq. Pesquisador PROPESQ. amon_alcantara@hotmail.com

Orientadora: Professora Dra. Patrícia Cristina de Aragão Araújo. Departamento de História e Geografia – DHG- UEPB. cristina-aragao@hotmail.com

socialização do saber, visto que a escola deve atuar se não como a única, mas como importante instituição responsável por elucidar valores éticos e cidadãos aos nossos jovens.

Ao nos reportarmos a diálogos informais com alunos e alunas da educação básica acerca do processo de educação escolar, nos deparamos com uma polifonia que demonstra, por parte destes, certo desestímulo no que concerne aos saberes ofertados pela educação escolar. Dentre as queixas mais freqüentes constatamos a "falta de sentido" dos conteúdos curriculares, bem como a ausência de meios educacionais (principalmente acesso a computadores e internet), ausência de atividades culturais e passeios, autoritarismo de docentes e administradores, dentre outras constantes observadas em nossos diálogos com estes.

1- SOCIEDADES URBANAS E IDENTIDADES JUVENIS: A SALA DE AULA REINTERPRETADA NA ÓTICA DAS *TRIBOS URBANAS*.

Tendo em vista a dinâmica social advinda a partir do delineamento da chama *modernidade tardia* (BAUMAN, 1999) torna-se de grande contributo aos estudos sociológicos a inserção da atual sociedade naquilo que BECK (1997) denomina de "sociedade de risco", ou seja, compreender para além da perspectiva passiva e reprodutivista a inserção das *culturas juvenis* (BAUMAN, 1999; BECK, 1997; GIDDENS, 2002) no processo de tessitura de uma sociedade produtora de medos e incertezas, onde a violência, a prostituição infantil, bem como os alarmantes índices de envolvimento com drogas tem suscitado a essas narrativas um aspecto de "mal-estar" referente às formas de sociabilidades juvenis.

Em meio a esse contexto de aparente "caos e desordem" os olhares sobre a juventude têm se ampliado na busca de uma compreensão mais "apurada" no que versa a sua inserção em meio ao espaço urbano, compreendida, nesse caso, a partir da ótica que MAFFESOLI (1998) denominou como *tribos urbanas*, ou seja, a economia de gestos disciplinares que guiam os múltiplos segmentos juvenis na atuação da urdidura social. (FOUCAULT, 1999).

Todavia, a perspectiva trilhada ao longo de nossas análises tem buscado compreender as *culturas juvenis* a partir da lógica dinâmica, bem como a sua inserção no seio social, étnico, cultural, ideológico, de gênero, bem como as demais faces assumidas em tempos de *modernidade líquida* (BAUMAN, 1999).

De acordo com essa perspectiva, o conceito de *tribos juvenis* (MAFESSOLI, 1998) tem encontrado certa divergência em nossas análises, na medida em que compreendemos a juventude, bem como as suas expressões sócio-culturais não a partir da dinâmica fechada que o conceito de tribo elucida; mas a partir da rede interdisciplinar capaz de reinventar espaços, condutas, gestos e significações que na linguagem corrente assumem aspectos de "sem sentido" para aqueles que não compactam com a significância assumida por seus passos, espaços.

Sendo assim, nos indagamos acerca do que "é ser jovem" no bojo de uma sociedade onde as incertezas e transformações invadem nossos cotidianos de forma um tanto quanto fantasmagórica, sobretudo para aqueles/as que não desfrutam dos banquetes ou suvenir propalados pela mercantilização exacerbada das mais variadas esferas da vida em comunidade, ou seria em *comercialidade*? De acordo com essa perspectiva, Marshal BERMAN *apud* ANDERSON (1986) afirma que:

> O processo de globalização econômica e cultural é tributário da historicidade do desenvolvimento da modernidade capitalista. Essa modernidade não pode ser atribuída a um único fato inaugural, ou mesmo a alguns poucos eventos históricos, por mais significativos que estes tenham sido no conjunto dos acontecimentos mundiais. Pode-se considerar, dessa forma, a modernização socioeconômica como a resultante de uma *multidão de processos sociais* relacionados com as descobertas científicas, as revoluções da indústria, as transformações demográficas, as formas de expansão urbana, os Estados nacionais, os movimentos de massa; todos impulsionados, em última instância, pelo mercado mundial capitalista, em *perpétua expansão e drasticamente flutuante.*(ANDERSON, 1986, p. 48).

Apontado como fato marcante da modernidade, o desenvolvimento representou simultaneamente o crescimento econômico, impulsionado pelas transformações objetivas desencadeadas pelo mercado capitalista, bem como o balizamento de um movimento que trouxe no bojo de suas transformações impressionantes modificações subjetivas da vida individual e da personalidade, constituindo, assim, um verdadeiro marco conceitual acerca da vivência nos tempos líquidos (BAUMAN, 1999).

O espaço urbano, de acordo com essa perspectiva, pode ser considerado como uma referência material e simbólica de nossas sociedades (BOURDIEU, 1990). Sendo assim, a aparente dimensão hegemônica da urbe citadina que se elucida a partir da idéia unívoca pretende o delineamento de esferas monolíticas a partir da superficial análise da "igualdade" que a circunda.

Entretanto, aportados no referencial teórico trilhado por BOURDIEU (1990) vislumbramos outros olhares e maneiras de *sentir* a cidade para além da lógica concreta que muitas análises estão perscrutadas.

As cidades, bem como as culturas nela circunscritas ou inscritas, devem ser pensadas como lugares de fenômenos expressivos que entram em tensão constante com as pretensões dominantes da racionalização da vida social (BOURDIEU, 1990).

Contudo, compactuamos com a perspectiva trilhada por Nestor García CANCLINI (1997) ao tecer novas concepções que ultrapassem a lógica dual (campo x cidade), tendo em vista a compreensão das diversas maneiras de como se estabelece o multiculturalismo ou a coexistência de múltiplas culturas no espaço urbano (CANCLINI, 1997).

Todavia, deve-se ressaltar que o espaço urbano, em virtude da dinâmica exposta, acaba por intensificar os antagonismos de interesses que se constituem a partir de um processo participativo diferenciado e desigual da produção e reinterpretação da vida social.

Assim, a cidade não é vista, sentida da mesma forma por todos que atuam na tessitura de suas tramas cotidianas, tendo em vista a multiplicidade de seus atores e atrizes, bem como as dissonâncias sócio-econômicas que estão postas aos jovens de bairros mais afastados da "mágica" proporcionada pela sociedade de *Hiperconsumo.* (LIPOVETSKY, 2006).

O espaço urbano, dessa forma, converte-se em lugar social que torna possível a emergência de certos fenômenos que evidenciam a relação espaços e práticas sociais, bem como em pontos nevrálgicos capazes de "explodirem" as tensões impostas por sistemas de dominação e hegemonia que nos remetem aos conceitos de poder e cultura.

A cidade evidencia-se, assim, como palco do cenário de lutas entre "competidores desnivelados" e posicionados historicamente em confronto com os múltiplos poderes de enunciação, capazes de impor, mediante a coerção ou a sedução, as representações sobre as práticas sociais. Nesse emaranhado de fios interconectados, algumas práticas e gestos são, de certa forma, considerados legítimos e desejados, ao passo que outros são vistos como irrelevantes ou mesmo marginais. Como afirma LEFEBVRE (2001) "o direito à cidade não é igual para todos os seus habitantes".

No que versa a sociedade juvenil campinense, observamos em suas formas de ação e reinterpretação a busca de espaços capazes de se tecerem novos espaços a

partir dos novos passos moldados e driblados por aqueles que assumem a autoria de suas práticas de vivência e trajetórias de vida, de lutas.

Hip-hop, forró, grafites, skatistas, *bossanovistas*! Não se quer aqui criar uma disciplina de gestos capaz de moldar espaços e passos, estéticas de si e do outro/a a partir da lógica binária do *eu x outro*, tendo em vista as múltiplas possibilidades ensejadas por nosso estudo acerca da capacidade de se reinventar cotidianamente (CERTEAU, 1994), (re) criando espaços relegados à esfera do econômico-social, mas que encontram respalde diante da constante apropriação de lugares, modos de "ser", agir, sentir, perceber.

A organização social das cidades está imbuída de poderes disciplinarizadores (FOUCAULT, 1999), capazes de dizer *o que* e *quando deve e pode* ser praticado determinado ato.

Assim, atentamos para a inserção dos sujeitos juvenis nas estruturas de produção a partir a partir do papel da cultura na elaboração das subjetividades, concebendo-os nas categorias de "integrados à estrutura de produção"; "disponíveis" (que mesmo sem estar dentro do sistema produtivo são suscetíveis de ser recrutados) e os "circulantes" que gravitam sem destino aparente na estrutura de produção (BECK, 1997*)*.

2- VIVA ÀS DIFERENÇAS? A APROPRIAÇÃO DO DISCURSO JUVENIL PELO MERCADO: DOS USOS E DISCURSOS ACERCA DAS CULTURAS JUVENIS NA SALA DE AULA.

A hegemonia das relações de mercado, notadamente presentes nos mais variados âmbitos das vivências cotidianas acaba por fazer emergir práticas produtoras de subjetividades intensamente privatizadas num quadro institucional de encolhimento da esfera pública.

Dessa forma, o tecido comercial em que se encontra imersa nossa sociedade acaba por se apropriar de usos e práticas atinentes às culturas juvenis na ânsia de abatê-las para as teias da *mercantilização vivendis*.

Assim, sendo propomos, a partir de análises das culturas juvenis disseminadas pelas mídias televisivas, impressas, digitais, perceber a partir das práticas discursivas

e representativas (CHARTIER, 2004) que povoam as telas do computador, das televisões ou as linhas de revistas destinadas ao público infanto-juvenil.

Dessa forma, a A.D visa compreender como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está carregado de significância. Sendo assim, entendemos a compreensão como um processo de busca à explicitação dos processos de significação presentes no texto, o que permite que se possam escutar outros sentidos, compreendendo como eles se constituem.

O discurso, segundo ORLANDI (2002, p.17) é "o lugar em que se pode observar a relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para sujeitos". Nesta perspectiva, a linguagem não é pensada como mera transmissão de informação. Há um processo complexo de constituição de sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, onde linguagem e ideologia se articulam produzindo sentidos.

Logo, observamos que os rostos e imagens que povoam os meios midiáticos em grande parte dos materiais coletados referem-se a um público branco, de classe média alta, heterossexuais e dispostos a "rederem-se" a "balada maneira" imposta pela lógica mercadológica.

No que versa aos segmentos étnico-culturais, de gênero, dentre outras perspectivas destoantes da lógica "perfeita" ao *hipercapitalismo* (LIPOVETSKY, 2006) observamos a sua apropriação e ressignificação dos espaços citadinos relegados à esfera das ruínas que sobraram para estes.

Todavia, a apropriação pela lógica mercadológica da alteridade e diversidade atinente às *culturas juvenis* por algumas empresas, tal como o comercial da Coca-Cola lançado em 2007, exemplificando a diversidade identitária parece traduzir-se na importância de se tecerem novos olhares ao convívio entre as múltiplas facetas de nossa sociedade atual.

De acordo com SANTOS (2002) relação que nossa sociedade estabelece com categorias sócias até então reconhecidas e tratadas como desviantes é resultado de um processo no qual podemos identificar diferentes formações ideológicas e discursivas, cada uma delas produzida em um determinado tempo histórico (SANTOS, 2002).

No bojo das transformações com a Modernidade, observamos um considerável avanço para o desenvolvimento do conhecimento e para a afirmação do homem em sua existência, estabelecendo, assim, limites nas formas de raciocinar e entender o

mundo, configurando, dessa forma, um discurso que compreende a marca da diferença como a representação de um desvio de normalidade.

Os critérios que definem o pertencimento ou o não-pertencimento, este por sua vez acoplado a variadas práticas de exclusão, referem-se a aspectos ético, estético e de capacidade produtiva. Considerando estes aspectos, poderíamos enumerar uma série de categorias definidas como desviantes dentre as quais se incluem negros, homossexuais, mulheres, índios, idosos, dentre outros.

Entretanto, ao longo do século XX, principalmente a partir da década de 1960, estas categorias sociais procuraram ampliar as discussões sobre a redefinição das diferenças, pretendendo uma ressignificação das possibilidades de ser diferente, onde "as concepções não postas em xeque e novas formas de encarar o mundo preenchem espaços deixados pela derrocada de velhas idéias" (MARQUES, 2001, p.39).

De acordo com SANTOS (2002), este novo momento se define como uma então crise da ciência moderna, um tempo de transição paradigmática, uma ruptura na busca de novas epistemologias e de novos conhecimentos. A ciência moderna constitui-se em uma ruptura em relação a outros tipos de conhecimento, contudo,

> nas últimas décadas esse paradigma da ciência tem vindo a ser posto em causa(...), pelas conseqüências societais do próprio conhecimento científico, principalmente porque se tornou hegemônico pelas promessas de racionalização que permitia, pela transformação de todos os planos políticos e sociais em problemas técnicos. (SANTOS, 2002, n.p)

A emersão da concepção de estado modernizante assentado no princípio do par de noções multiculturalidade/interculturalidade parece nos intimar, no sentido lato que ambas as orientações da cultura ensejama, a pensarmos na elaboração de um conhecimento acerca das *culturas juvenis* que se xibem em nossas ruas, - algo que não corresponde nem à visão etnocêntrica, nem à concepção dialética em que a afirmação de uma cultura/etnia parece excluir a outra. O que propomos é o que BHABHA (1998) chama de *terceiro espaço* onde a produção de novos significantes pode ser tecida, tendo em vista as possibilidades criadoras que os processos híbridos permitem.

Destarte, não podemos olvidar acerca da necessidade de rompermos as concepções binárias e monolíticas da cultura, visando à compreensão da cultura como um processo dinâmico, pensada não como essência, mas como um *posicionamento* (HALL, 1996, p. 69).

É na tessitura da relação *Eu x Outro* que devemos atentar para o que Roberto DAMATTA (1986) chama de estabelecimento de uma lógica binária, do dentro e de fora, do bem e do mal, do certo e do errado (DAMATTA, 1986, p. 40-41). A compreensão das *culturas juvenis* como espaços produtores de significado apenas podem fazer-se a partir do estabelecimento de políticas de inclusão, de respeito à(s) cultura (s) do outro (s). Essa via nos incita a (re) pensarmos as relações identitárias não a partir de uma lógica dual, cuja afirmação de um elemento se dá pela exclusão do outro. Mas no encontro do "equilíbrio" dos antagonismos entre a matriz culturalista e do hibridismo, possibilitando quiçá a transcendência do multiculturalismo e o alcance da lógica intercultural, considerando não os elementos a serem excluídos nos processos identitários, mas as formas que ensejem a formação de novas identidades culturais, tal qual o prefixo *trans* elucida.

3- CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A capacidade de escuta e argumentação são dois recursos fundamentais que, quando deixam de existir, provocam situações de violência e intolerância, impossibilitando, dessa forma, a tessitura de uma sociedade mais equânime, inclusive, o que, nesse caso, faz-se a partir da compreensão das pluralidades que permeiam as *culturas juvenis* em nossa sociedade.

Os grupos de cultura e lazer da juventude necessitam ser discutidos em seus próprios contextos de elaboração cultural. As culturas da juventude não são unicamente modernas ou tradicionais; eruditas ou populares; democráticas ou antidemocráticas; locais ou globais. Compactuando com as proposições de CANCLINI, 1997; BHABHA, 1998 elas são híbridas e interculturais (CANCLINI, 1997).

As culturas são produtoras e também produto da complexidade social das cidades contemporâneas. É consenso considerar o poder da indústria cultural e das suas mercadorias atuam na tessitura de determinados atos e práticas. Todavia, devemos considerar a capacidade dos jovens no que versa a negociação de sentidos e significados aos produtos consumidos nesses *tempos líquidos* (BAUMAN, 1999).

É neste sentido que reside a distinção primaz de reconhecer a influência real das "mercadorias" na produção e reinterpretação ideológica e cultural dos grupos de juventude e considerar os jovens e as *culturas juvenis* como *idiotas culturais*, mimetizando a mesmice das mensagens emanadas por centros de controle das

indústrias culturais. Tal premissa reside na condição *sine que nom* no processo de gestação de uma educação equânime, inclusive e intercultural.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BHABHA, Homi. O Local da Cultura. Belo Horizonte: EDUFMG, 1998.

BAUMAN. Zygmunt. Globalização: as conseqüências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BECK, Ulrich. Modernização Reflexiva. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

BOURDIEU, Pierre. Coisas ditas. São Paulo: Brasiliense, 1990.

CANCLINI, Nestor García. Culturas híbridas. São Paulo: EDUSP, 1997.

CARRANO, Paulo. Identidades culturais juvenis e escolas: arenas de conflitos e possibilidades. IN: Multiculturalismo. Diferenças culturais e práticas pedagógicas. (orgs.) CANDAU, Vera Maria; MOREIRA, Antônio Flávio. Petrópolis: Vozes, 2008.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. Formas e sentidos. Cultura escrita: entre distinção e apropriação. Tradução: Maria de Lourdes Meirelles Matencio. Campinas: Mercado de Letras/ALB, 2004.

DAMATTA, Roberto. O que faz o Brasil Brasil? 2ª ed., Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

FOUCAULT, Michel. As Palavras e as coisas. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GIDDENS, Anthony. As conseqüências da modernidade. São Paulo; Editora da UNESP, 2002.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 3ª ed., Rio de Janeiro: DP &A, 1996.

LEFEBVRE, Henry. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

LIPOVETSKY, Guiles. Os Tempos Hipermodernos. São Paulo: Editora Barcarola.

MAFFESOLI, Michel. Tempo das Tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. Editora Forense, 1998.

MARQUES, Carlos Alberto. A estetização do espaço: perspectivas de inserção ou de exclusão das pessoas portadoras de deficiência. Revista Educação em Foco. Juiz de Fora: UFJF, v. 4, 2001.

ORLANDI, Eni P. Análise do discurso: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2002

SANTOS, Boaventura S.. Entrevista. Coimbra, 27 de dezembro de 2002.

. Disponível em http://**www.dhi.uem.br** Acesso em 04 de Julho de 2008.

http://www.youtube.com/watch?v=NZnyCNsgU7A acesso em 25 de agosto de 2009